

**A. I. Nº** - 293575.0005/18-2  
**AUTUADO** - LE BRUT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.  
**AUTUANTE** - TELESSON NEVES TELES  
**ORIGEM** - INFAZ JEQUIÉ  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 07.12.2020

#### **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0130-05/20-VD**

**EMENTA:** ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS POR PRESUNÇÃO. ENTRADAS NÃO REGISTRADAS. A falta de escrituração de entradas de mercadorias autoriza a presunção prevista no inciso IV do § 4º do art. 4º da Lei 7.014/96. Este dispositivo presume que as aquisições não declaradas geraram desembolso financeiro. As transferências entre estabelecimento da mesma empresa, presumem-se, ocorrerem sem ônus financeiro. Presunção de omissão de saídas foi mitigada em relação às notas fiscais de transferência. Transmutada a exação em multa por falta de escrituração fiscal, conforme previsão do 157 do RPAF. Infração subsistente em parte. Afastadas as arguições de nulidade e de decadência. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração objeto deste relatório, foi lavrado em 28/09/2018, e se refere à cobrança de ICMS no valor de R\$132.449,10, bem como à aplicação de multa no percentual de 100%, pela constatação da seguinte infração:

**Infração 01 – 05.05.01** – “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas”. Referente ao período de janeiro a maio, julho a dezembro de 2013; fevereiro a dezembro de 2014.

Constata-se que, tempestivamente, a Autuada apresentou impugnação ao lançamento através dos documentos constantes às fls. 21 a 26, quando apresentou o arrazoadado de defesa relatado a seguir:

A defesa inicia a peça defensiva reproduzindo a acusação fiscal e requer que todas as intimações e notificações relativas ao feito sejam encaminhadas aos profissionais regularmente constituídos, legítimos representantes legais da Autuada na ação administrativa, conforme poderes especificados na procuração anexa.

Em preliminar suscita a nulidade do lançamento, por insegurança na determinação da infração e consequente cerceamento do direito de defesa, a teor do art. 18, incisos II e IV, “a” do RPAF. Tendo alegado que a autuação apesar de se reportar a suposta “omissão de saídas”, apresenta demonstrativo de débito que sugere, apenas, a ausência de registro de notas fiscais na escrita fiscal.

Alegou ainda que não foi apresentada no AI qualquer apuração que suporte a presunção contida no art. 4º, parágrafo 4º da Lei 7.014/96, dispositivo que, confrontado com o art. 42, inciso IX da mesma Lei, impõe a comprovação, ainda que por presunção, da ocorrência de operações sem o pagamento do imposto, o que entende não se evidencia apenas em decorrência da simples ausência de registro fiscal.

Ainda em preliminar, suscita a decadência do direito de constituição do crédito tributário, sobre todos os supostos fatos ocorridos até 30/09/2013, posto que a Autuada somente foi intimada da autuação, ainda que de forma irregular, dia 05/10/18, decorridos mais de 5 anos das supostas ocorrências.

Asseverou que parte da manutenção do lançamento iria colidir com a atual jurisprudência dominante no CONSEF, bem como com a posição da PGE/BA, manifestada através do Incidente de Uniformização nº PGE 2016.194710-0, que reproduziu.

*Entendimento firmado: Conta-se o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN, quando o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário (entendendo-se como tal as operações ou prestações tributáveis), apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas. (destacou-se)*

*Ressalva: O entendimento firmado deve ser aplicado apenas aos fatos geradores ocorridos posteriormente a 12/06/2008, data em que editada a Súmula Vinculante nº 08 pelo STF. Antes desta data, como não havia provimento judicial definitivo e vinculante acerca da questão, não dispunha a Administração de substrato jurídico que lhe autorizasse negar aplicação à norma do art. 107-B, § 5º, do COTEB, então válida, vigente e eficaz.*

*Nota 1: Conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, com fundamento no art. 150, § 4º, do CTN, quando:*

- a) o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, mas não efetua o respectivo pagamento;*
- b) o contribuinte não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omite a realização da operação ou prestação tributável;*
- c) o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, efetua o pagamento da importância pecuniária declarada, porém, posteriormente, o Fisco verifica que o valor recolhido foi menor que o efetivamente devido em virtude da configuração de dolo, fraude ou simulação.*

*Nota 2: As hipóteses de dolo, fraude ou simulação são ressalvadas da regra constante do art. 150, § 4º, do CTN, sujeitando-se, por conseguinte, ao disposto no art. 173, inc. 1, do mesmo Código. Nessa esteira, ainda quando tenha o contribuinte efetuado o pagamento parcial do imposto correspondente às operações declaradas, há casos específicos em que o prazo decadencial deverá ser contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorrido o fato gerador. Assim o será, por exemplo, quando o valor recolhido for tão insignificante em relação às operações declaradas, que se poderá ter por caracterizada a hipótese de fraude ou simulação. De igual forma, quando se verifique o pagamento a menor por força da utilização de créditos fiscais manifestamente ilegítimos, a situação poderá se subsumir à hipótese de dolo, fraude ou simulação. Revela-se, portanto, a importância da análise do caso concreto, para fins de adequada definição do critério de contagem do prazo decadencial. Ademais, para identificação do marco temporal concernente à data em que "o lançamento poderia ter sido efetuado" (art. 173, I, CTN) -, é mister seja previamente constituído, na esfera administrativa, o fato jurídico concernente à existência de dolo, fraude ou simulação.*

Aduz que mesmo que se desclassifique a infração, passando a mesma para o campo da obrigação acessória, correspondente a ausência de registro fiscal (no LRE), e a jurisprudência administrativa imporia o reconhecimento da decadência, a saber:

**RELATOR(A): CONS. DANIEL RIBEIRO SILVA | Auto de Infração – 2071600006140 | Recurso - Recurso Voluntário | Recorrente - RECANTO DO FAROL CHURRASCARIA E PIZZARIA LTDA. | Recorrido - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL | Autuante(s) - FRANCISCO CARLOS DE SANTANA | Advogado(s) - Daniel Moitinho Leal | ACORDÃO CJF Nº 0037-12/16: ICMS. 1. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES NÃO ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. 2. ARQUIVO MAGNÉTICO. ENTREGA FORA DO PRAZO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. 3. CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO. VENDAS DE MERCADORIAS COM PAGAMENTOS ATRAVÉS DE CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO. COTEJO DAS OPERAÇÕES DECLARADAS COM OS VALORES INFORMADOS PELAS ADMINISTRADORAS DOS CARTÕES. LEVANTAMENTO DA DIFERENÇA. OMISSÃO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. Na análise sistemática do RPAF, verifica-se que o próprio art.**

*168 assegura a aplicação imediata da legislação, conforme STF que em caso semelhante se posiciona no sentido da possibilidade de aplicação retroativa de norma nova que venha a ser anulada pelo próprio poder legislativo, quando não fere direito adquirido. Seguindo posicionamento da 1ª CJF desse CONSEF, através de decisão proferida em julgamento ocorrido em 14/10/15. Acolhe a preliminar de decadência suscitada, que fulmina integralmente a infração 1 e parcialmente as infrações 2 e 3. Modificada a Decisão recorrida. Recurso PARCIALMENTE PROVIDO. Decisão unânime.*

*RELATOR(A): CONS. DENISE MARA ANDRADE BARBOSA | Auto de Infração – 1470740009135 | Recurso - Recurso Voluntário | Recorrente - I M DE SANTANA ALMEIDA COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI – EPP | Recorrido - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL | Autuante(s) - ANTONIO CARLOS SALES ICO SOUTO | Advogado(s) - MATHEUS MORAES SACRAMENTO | ACORDÃO CJF Nº 0162-12/16: ICMS. 1. CARTÕES DE CRÉDITO E DE DÉBITO. COTEJO DAS OPERAÇÕES DECLARADAS NA ESCRITA FISCAL DO CONTRIBUINTE COM OS VALORES INFORMADOS PELA ADMINISTRADORA DOS CARTÕES RESULTANDO EM DIFERENÇA NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. 2. MULTA PERCENTUAL APLICADA SOBRE O VALOR DO IMPOSTO NÃO ANTECIPADO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. ADOÇÃO DO REGIME NORMAL DE APURAÇÃO DO IMPOSTO. Não há dúvidas que a fluência do prazo decadencial se interrompe somente após a regular intimação do sujeito passivo, razão pela qual os créditos lançados referentes a fatos geradores ocorridos até 03/07/2007, foram fulminados pela decadência, restando extinto, consoante determina o inciso V do art. 156 do CTN. Este CONSEF como tribunal administrativo competente para controlar a legalidade dos lançamentos tributários não pode se afastar da realidade legal e aplicar interpretação ilegal apenas por ser mais cômoda ao Estado. Outrossim, da própria análise sistemática do RPAF, verifica-se que o próprio art. 168 assegura a aplicação imediata da legislação, se não fosse assim, qual o sentido de se sobrestar o julgamento do processo administrativo até que ocorra a revogação ou modificação de lei ou ato normativo considerado ilegal. Acolhida a preliminar de decadência. Modificada a Decisão recorrida. Recurso PROVIDO. Auto de Infração Improcedente. Vencido o voto da relatora. Decisão por maioria em exercício.*

Pediu que todas as parcelas cujos possíveis fatos tenham ocorrido até 30/09/13, sejam de logo excluídas, sem embargo das demais argumentações que seguem.

No mérito, explicou que o demonstrativo do suposto débito seria composto, em sua maioria, por documentos fiscais emitidos por outro estabelecimento da própria Autuada (CNPJ BASE 14.595.730), que entende configurar se tratar de operações de transferências entre estabelecimentos situados na Bahia, situação na qual não incide o ICMS, a teor da posição da PGE no Incidente de Uniformização nº PGE 2016.169506-0, que reproduziu.

*Incidente de Uniformização nº PGE 2016.169506-0*

*Entendimento firmado: Não incide ICMS nas transferências internas de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular.*

*Ressalva: Este entendimento não alcança as transferências interestaduais de mercadorias entre estabelecimentos de mesmo titular, tendo em vista que a Súmula 166 do STJ e a decisão lançada no REsp 1.125.133/SP não enfrentaram o tema à luz das normas constitucionais que regem o pacto federativo, das quais se extrai fundamento de validade para as disposições do art. 13, §4º, da LC 87/96. De fato, a definição do tratamento tributário a ser conferido a tais operações demanda seja necessariamente analisado o impacto financeiro suportado pelos Estados de origem e de destino, em decorrência do regime de compensação de créditos e débitos do imposto. Ademais, o próprio STJ reabriu a discussão a respeito do tema, no julgamento do RESP nº 1.109.298-RS, que discute, especificamente, a base de cálculo do ICMS nas transferências interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular, com foco no art. 13, 94º, da LC 87/96. Tem-se aí, portanto, valioso indicativo de que não se deve ter por definitivamente assentada a questão, enquanto não enfrentada sob a ótica da repartição das receitas tributárias entre os Estados federados.*

Afirmou não ser possível presumir a ocorrência de operações ou prestações sem o pagamento do imposto, se as próprias operações que estão sendo presumidas não estão sujeitas a incidência.

Acrescentou que em sendo verdade que não foram registradas no estabelecimento autuado, não houve a apropriação dos créditos. E por isso restaria, mais uma vez, a hipótese de descumprimento da obrigação acessória escritural, especificamente a falta de lançamento no LRE, o que sujeitaria o Contribuinte a pena prevista em lei, como decidido recentemente pelo CONSEF em caso similar, que reproduziu:

**Auto de Infração: 297248.0004/17-5 - Contribuinte: SUPERMERCADO FAGUNDES LTDA**  
**Autuante: MARLON ANTONIO LIMA REGI - Unidade: CONSEF/4A JUNTA - Nr sessão:**  
**071/2018 - Data do julgamento/Horário: 13/09/2018 - 14:00 - Relator: MARIA**  
**AUXILIADORA GOMES RUIZ**

**Tipo de Recurso ou Defesa: Defesa.**

**ICMS. 1. ENTRADA DE MERCADORIAS OU BENS NÃO REGISTRADOS. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE OPERAÇÕES DE SAIDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS.** Acolhida a decadência parcial do lançamento. Convertida a exigência em multa por descumprimento de obrigação acessória, em relação às notas fiscais não escrituradas na escrituração fiscal, prevista no inciso IX, do art. 42 da Lei nº 7014/96, pois não ficou comprovado nos autos, a falta de registro dos pagamentos referentes às notas fiscais que dão suporte ao presente lançamento na escrita contábil do autuado. Com fulcro no art. 106, II, "c" do CTN, a multa equivalente a 10% do valor das mercadorias tributáveis não registradas, passa para 1%, uma vez que o inc. IX, do art. 42 da Lei nº 7014/96, foi alterado pela Lei nº 13.461, de 10/12/15. **Infração parcialmente subsistente.** 2. **DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO DO ESTABELECIMENTO. CRÉDITO FISCAL.** Acolhida a decadência do lançamento. **Infração insubsistente.** 3. **MULTA DE 60% SOBRE O IMPOSTO QUE DEVERIA TER SIDO PAGO POR ANTECIPAÇÃO.** Acolhida a decadência parcial do lançamento. **Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

Ao final protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente posterior juntada de demonstrativos e documentos, pela nulidade da autuação, em face do reconhecimento da decadência suscitada, ou pela conversão da exigência do imposto na multa prevista no art. 42, inciso IX da Lei 7.014/96, sobre as ocorrências a partir de outubro de 2013.

O Autuante apresentou a sua informação fiscal às fls. 48 a 48v.

Sob o tópico "*Considerações Preliminares:*" disse que a Autuada requer nulidade do lançamento alegando "*insegurança na determinação da infração e consequente cerceamento do direito de defesa*", afirmando equivocadamente, que não há no auto de infração qualquer apuração que suporte a presunção contida no art. 4º, § 4º da Lei 7.014/96 (Lei do ICMS do Estado da Bahia).

Afirmou restar claro que a Autuada deliberada e convenientemente quer induzir este conselho a um entendimento distorcido do lançamento realizado.

Primeiro porque o último dispositivo citado não se aplica à infração, uma vez que, como pode-se ver na pag. 2, o dispositivo que dá sustentação legal à multa aplicada é o inciso III e não o inciso IX do art. 42.

Segundo, aponta ser possível verificar claramente que o dispositivo que fundamenta a infração (art. 4º, § 4º da Lei 7.014/96) é claro ao afirmar/exigir apenas a não escrituração de notas de compra (o que ficou evidenciado de forma incontestada no levantamento realizado) para caracterização de presunção de operações tributáveis sem pagamento do imposto. *in verbis:*

*"§ 4º Salvo prova em contrário, presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto sempre que se verificar:*

*I - saldo credor de caixa,.*

*II - suprimimento a caixa de origem não comprovada;*

*III - manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes;*

*IV - **entradas de mercadorias ou bens não registradas;***

*V - pagamentos não registrados;*

*VI - valores das operações ou prestações declarados pelo contribuinte inferiores aos informados por:*

*a) instituições financeiras;*

*b) administradoras de cartões de crédito ou débito:*

*c) "shopping centers", centro comercial ou empreendimento semelhante;*

*VII - valores das operações ou prestações declarados pelo contribuinte como sendo recebidos por meio de cartão de crédito ou débito inferiores aos informados pelas respectivas administradoras."*

Entende que está claro ser descabida a alegação da autuada, pois todos os elementos necessários ao entendimento e à segurança do lançamento estão presentes no auto, afastando tacitamente a alegação de cerceamento de defesa.

Quanto à alegação de decadência, disse que a jurisprudência hodierna estabelece que o prazo decadencial se inicia no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, caso o contribuinte não tenha realizado nenhum pagamento ou omita o fato gerador do imposto.

Salientou que seria justamente nesta última situação que se enquadra o presente lançamento, pois a autuada omitiu operações de venda ao não escriturar notas fiscais de entrada (conforme art. 4º- § 4º da Lei 7.014/96).

Por isso assevera não haver dúvidas que a fluência do prazo decadencial se interrompe após a regular intimação do contribuinte, o que ocorreu em 04/07/2018 (ver pag. 6). Rematou que, se há algum período atingido pela decadência deve ser aquele anterior a esta data e não à data de 30/09/13 como deseja a autuada.

Salienta ter caído por terra a tentativa da autuada em promover a nulidade do presente lançamento.

Ressaltou que a Autuada não trouxe provas em seu abono, de forma que não deve prosperar a preliminar de nulidade suscitada pela autuada.

Passando ao tópico "*Considerações de Mérito:*" abordando acerca da alegação de que algumas das notas não registradas foram emitidas por outro estabelecimento do mesmo contribuinte neste estado referindo-se a transferências internas não sujeitas à tributação, de forma que não caberia a cobrança de ICMS por presunção de omissão de saídas para tais notas.

Explicou que para fins de caracterização da presunção de omissão de saídas, como esta se refere às operações anteriores (saídas) omitidas, não importa a origem das notas de entrada não escrituradas, mas tão somente que os valores consignados nos documentos de entrada não foram lançados na escrita a fim de evitar estouro de caixa, essa é a lógica por trás da legislação pertinente à situação em epígrafe (espírito do legislador).

Asseverou que o dispositivo legal aplicável (§ 4º do art. 4º da Lei 7.014/96), não faz qualquer referência à origem ou destinação, das notas não escrituradas.

Opina pela procedência do presente auto de infração.

Na assentada para julgamento o adv fez referência ao ACÓRDÃO JJF 0108-03/20-VD.

É o relatório.

## VOTO

Trata-se de lançamento de ofício de crédito tributário sob a acusação de prática de ilícito fiscal relativo a presunção de omissão de saída de mercadoria tributada, apurada através da constatação de supostas entradas de mercadorias não registradas.

Inicialmente, enfrentando a preliminar de nulidade do lançamento, suscitada com espede na alegação de insegurança na determinação da infração e consequente cerceamento do direito de defesa. Em vista de que a autuação, apesar de se reportar a “omissão de saídas”, apresentou demonstrativo de débito que sugere apenas, a ausência de registro de notas fiscais na escrita fiscal.

Verifiquei que a despeito dos fatos se apresentarem conforme narrativa da defesa, nenhuma mácula cabe ao levantamento fiscal, pois a acusação fiscal tem por esteio a presunção de omissão de saídas em vista da falta de registro de notas fiscais de entradas de mercadorias, resultando que, por óbvio, o levantamento fiscal teve por base o demonstrativo de débito que sugere a ausência de registro de notas fiscais, repercutindo que se a alegação defensiva for concreta, resultará na improcedência da acusação fiscal e não na nulidade do lançamento. Veja excerto da defesa:

*“(…)Com efeito, a autuação se reporta a suposta “omissão de saídas”. Contudo, o demonstrativo de débito apresentado sugere, apenas, a ausência de registro de notas fiscais na escrita fiscal, não sendo apresentada no AI qualquer apuração que suporte a presunção contida no art. 4º, parágrafo 4º, da Lei 7.014/96, dispositivo que, confrontado com o art. 42, inciso IX, da mesma Lei, impõe a comprovação, ainda que por presunção, da ocorrência de operações sem o pagamento do imposto, o que não se evidencia apenas em decorrência da simples ausência de registro fiscal.” Grifei.*

Cabe aqui uma ressalva, quanto à afirmativa da defesa de se tratar o demonstrativo de uma mera “sugestão” ou “suposição”, pois em verdade se trata de uma demonstração que embasa uma presunção legal, contra a qual, por motivos óbvios, se aceitaria apenas prova em contrário, a qual recai exclusivamente sobre os ombros da Impugnante.

Sendo assim, se a defesa dispõe de elementos que mitiguem a presunção legal em que sustenta a exação, caberia de pronto trazê-las aos autos, a retórica não socorre a Impugnante. O direito se alimenta de provas, *ex vi* do inciso IV do art. 8º; § 5º do art. 123; e arts. 140 a 143, todos do RPAF:

*Art. 8º As petições deverão conter:*

*IV - os meios de prova com que o interessado pretenda demonstrar a verdade de suas alegações;*

*Art. 123. É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do auto de infração ou da notificação fiscal no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da intimação.*

*§ 5º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-la em outro momento processual, a menos que:*

*(…)*

*Art. 140. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.*

*Art. 141. Se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.*

*Art. 142. A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.*

*Art. 143. A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo*

*de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.*

Nessa esteira, verifico que o presente lançamento de crédito tributário está revestido das formalidades legais exigidas pelo RPAF/99, tendo sido a infração, a multa, e suas respectivas bases legais, evidenciadas de acordo com a infração imputada e demonstrativos detalhados do débito, com indicação clara do nome, do endereço e da qualificação fiscal do sujeito passivo. Afasto, portanto, a arguição de nulidade.

Ainda em sede de preliminar, desta feita enfrentando a arguição de decadência do direito de constituição do crédito tributário sobre os fatos ocorridos até 30/09/2013, posto ter fundamentado a defesa, que a ciência do feito se deu em 05/10/18, tendo adotado a inteligência do art. 150, § 4º do CTN, o qual determina a contagem do prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador, reputo não assistir razão à defesa, pois conforme jurisprudência hodierna deste CONSEF, sobretudo tendo por esteio o Incidente de Uniformização nº PGE 2016.194710-0, que inclusive foi evocado pela defesa, concluo que deve se aplicar à matéria o regramento previsto no inciso I, do art. 173 do CTN, que por sua vez define a data do início da contagem do prazo decadencial como sendo o do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que se poderia efetivar o lançamento em tela.

É que, o Incidente de Uniformização nº PGE 2016.194710-0 orienta que se conte “o prazo decadencial a partir da data de ocorrência do fato gerador, com fundamento art. 150, § 4º, do CTN, quando o contribuinte **declara a ocorrência do fato jurídico tributário** (entendendo-se como tal as operações ou prestações tributáveis), apura o montante do imposto devido, mas efetua o pagamento em montante inferior àquele que corresponderia às operações declaradas.” Grifei.

Deste modo, na esteira da acusação fiscal que teve por base a denúncia de que ocorreu falta de registro de documentos fiscais, não há falar em ter havido a declaração quanto “(...) a ocorrência do fato jurídico tributário”, e por conseguinte não há fundamento para aplicação do regramento do art. 150, § 4º do CTN à matéria.

Portanto, ao revés, a conclusão inexorável é que o caso reclama a imposição da contagem pela Inteligência do 173, inc. I do CTN, posto que a exigência fiscal foi pautada na acusação de que o contribuinte não declarou a ocorrência do fato jurídico tributário, quando omitiu a realização de operação ou prestação tributável. Assim reza a alínea “b” da nota 1 do Incidente de Uniformização nº PGE 2016.194710-0. Veja-se:

“(…) ”

*Nota 1: Conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, com fundamento no 173, inc. I, do CTN, quando: a) o contribuinte declara a ocorrência do fato jurídico tributário, apura o montante do imposto devido, mas não efetua o respectivo pagamento; b) o contribuinte não declara a ocorrência do fato jurídico tributário, isto é, omite a realização da operação ou prestação tributável; (...)*”

Portanto, os fatos geradores passíveis de lançamento do crédito tributário no exercício de 2013, sob a égide do art. 173, inc. I do CTN, poderia ser objeto de lançamento de ofício até cinco anos, contados a partir de 01/01/2014, repercutindo que o prazo decadencial se extinguiria em 31/12/2018. Desarte, afasto a arguição de decadência, pois o lançamento em tela foi aperfeiçoado com a inequívoca ciência da Impugnante em 05/10/18.

Adentrando ao mérito propriamente dito, examino a alegação de que o demonstrativo do débito estaria composto em sua maioria por documentos fiscais emitidos por outro estabelecimento da própria Autuada (CNPJ BASE 14.595.730), motivo pelo qual entendeu a defesa configurar operações de transferências entre estabelecimentos situados na Bahia, situação que implicaria na não incidência do ICMS, ao teor da posição da PGE no Incidente de Uniformização nº 2016.169506-0.

E que, entendeu a defesa, por esse motivo, e ainda pelo fato de que não geraram crédito, não poderiam servir de base para presunção de ocorrência de operações ou prestações de saídas tributadas sem o pagamento do imposto. E por isso se admitiria, neste caso, apenas a hipótese de

descumprimento da obrigação acessória escritural, sob o pressuposto de que: se as próprias operações que estão sendo presumidas não estão sujeitas à incidência, não poderiam também repercutir na presunção em tela.

Todavia, lembro que a Impugnante, ao não registrar as entradas das mercadorias, deu azo à aplicação da presunção de ter perpetrado omissão de saídas tributadas, haja vista que presume a Lei 7.014/96, em seu inciso IV, do parágrafo 4º, do art. 4º, que a falta de registro em questão, se deu em função de ter que omitir a origem dos recursos para a sua aquisição, haja vista que este tem origem em omissão de saídas pretéritas de mercadorias tributadas.

Trata-se, como é sabido, de presunção relativa “*juris tantum*”, pois embora admitida por lei como verdadeira, admite prova em contrário.

Nesse diapasão, não socorre a Impugnante a arguição de que a operação de entrada omitida, por serem em parte sem tributação, não justificariam a exação, pois o esteio da presunção é a ocultação do recurso financeiro ilícito que honrou as aquisições, e nunca a situação tributária das mesmas. Neste sentido o próprio paradigma de julgado administrativo do Auto de Infração n.º 297248.0004/17-5, trazido pela defesa.

Deste modo, a ocultação do recurso financeiro que financiou a aquisição das mercadorias, cujos documentos fiscais foram ocultados da escrituração, é o verdadeiro alvo da presunção. Haja vista, que estes recursos se originariam de operações de saídas omitidas, portanto originaram recursos indisponíveis no saldo de caixa, implicando na necessária ocultação das aquisições por falta de suporte financeiro escriturado.

Nesse diapasão, considerando que não há movimentação de recursos financeiros em operações de transferência, não haveria cabimento em aplicar a regra de presunção em tela nestas circunstâncias. Esta é a razão para o afastamento da exação, quanto à parcela das entradas objeto de transferência, e não o fato de não serem passíveis de incidência do ICMS.

Destarte, concordo com pedido de conversão da exigência do imposto na multa prevista no art. 42, inciso IX da Lei 7.014/96, com espeque no art. 157 do RPAF, em relação às entradas por transferência não registradas e voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, mantendo a presunção de omissão de saídas que repercutiu sobre as demais entradas, estas decorrentes de aquisição de terceiros. Conforme demonstrativo analítico elaborado no curso da instrução, a seguir:

Mês	n.f.	CNPJ	UF	VIDoc	BC_omissão	Alíq.	AUTUADO	JULGADO		
								TRANSF	MULTA 1%	ICMS
jan-13	838	07.487.447/0001-86	BA	645,95	645,95	17,00	109,81	0,00	0,00	109,81
jan-13	931	07.487.447/0001-86	BA	645,95	645,95	17,00	109,81	0,00	0,00	109,81
jan-13	4039	03.702.972/0001-16	BA	1.200,00	1.200,00	17,00	204,00	0,00	0,00	204,00
		<b>jan-13 Total</b>		<b>2.491,90</b>			<b>423,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>423,62</b>
fev-13	59699	43.237.197/0001-90	SP	150,00	150,00	17,00	25,50	0,00	0,00	25,50
fev-13	1820	<b>14.595.730/0010-88</b>	PE	1.812,80	1.812,80	17,00	308,18	1.812,80	18,13	0,00
fev-13	2034	<b>14.595.730/0009-44</b>	BA	492,80	492,80	17,00	83,77	492,80	4,93	0,00
fev-13	753	<b>14.595.730/0016-73</b>	BA	1.817,00	1.817,00	17,00	308,89	1.817,00	18,17	0,00
fev-13	759	<b>14.595.730/0016-73</b>	BA	1.020,80	1.020,80	17,00	173,54	1.020,80	10,21	0,00
fev-13	6726	<b>14.595.730/0023-00</b>	BA	31,00	31,00	17,00	5,27	31,00	0,31	0,00
		<b>fev-13 Total</b>		<b>5.324,40</b>			<b>905,15</b>	<b>5.174,40</b>	<b>51,74</b>	<b>25,50</b>
mar-13	559	<b>14.595.730/0027-26</b>	RN	5.874,00	5.874,00	17,00	998,58	5.874,00	58,74	0,00
mar-13	282	<b>14.595.730/0024-83</b>	PE	279,05	279,05	17,00	47,44	279,05	2,79	0,00
mar-13	20050	07.945.652/0001-48	CE	1.484,00	1.484,00	17,00	252,28	0,00	0,00	252,28
mar-13	3864	04.818.515/0001-54	BA	163,80	163,80	17,00	27,85	0,00	0,00	27,85



ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE FAZENDA ESTADUAL (CONSEF)

mar-13	2497	14.595.730/0005-10	SE	3.731,20	3.731,20	17,00	634,30	3.731,20	37,31	0,00
		<b>mar-13 Total</b>		<b>11.532,05</b>			<b>1.960,45</b>	<b>9.884,25</b>	<b>98,84</b>	<b>280,13</b>
abr-13	3320	14.595.730/0017-54	BA	1.711,40	1.711,40	17,00	290,94	1.711,40	17,11	0,00
abr-13	3706	14.595.730/0022-11	BA	1.348,20	1.348,20	17,00	229,19	1.348,20	13,48	0,00
abr-13	2963	14.595.730/0014-01	BA	1.928,87	1.928,87	17,00	327,91	1.928,87	19,29	0,00
abr-13	2042	14.595.730/0015-92	BA	995,10	995,10	17,00	169,16	995,10	9,95	0,00
abr-13	2981	14.595.730/0014-01	BA	2.406,48	2.406,48	17,00	409,10	2.406,48	24,06	0,00
abr-13	3034	14.595.730/0014-01	BA	1.408,98	1.408,98	17,00	239,53	1.408,98	14,09	0,00
abr-13	3033	14.595.730/0014-01	BA	1.975,01	1.975,01	17,00	335,75	1.975,01	19,75	0,00
abr-13	741	14.595.730/0021-30	BA	3.686,80	3.686,80	17,00	626,76	3.686,80	36,87	0,00
abr-13	2289	14.595.730/0009-44	BA	1.310,28	1.310,28	17,00	222,75	1.310,28	13,10	0,00
		<b>abr-13 Total</b>		<b>16.771,12</b>			<b>2.851,09</b>	<b>16.771,12</b>	<b>167,71</b>	<b>0,00</b>
mai-13	13484	40.500.043/0001-50	BA	713,20	713,20	17,00	121,24	0,00	0,00	121,24
mai-13	13485	40.500.043/0001-50	BA	648,00	648,00	17,00	110,16	0,00	0,00	110,16
		<b>mai-13 Total</b>		<b>1.361,20</b>			<b>231,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>231,40</b>
jul-13	4794	47.960.950/0742-49	BA	780,00	780,00	17,00	132,60	0,00	0,00	132,60
jul-13	3204	14.595.730/0005-10	SE	1.269,21	1.269,21	17,00	215,77	1.269,21	12,69	0,00
jul-13	3287	14.595.730/0014-01	BA	1.487,41	1.487,41	17,00	252,86	1.487,41	14,87	0,00
jul-13	3245	14.595.730/0005-10	SE	1.459,25	1.459,25	17,00	248,07	1.459,25	14,59	0,00
jul-13	6984	14.595.730/0004-30	BA	14.700,00	14.700,00	17,00	2.499,00	14.700,00	147,00	0,00
jul-13	695	14.595.730/0026-45	SE	1.489,95	1.489,95	17,00	253,29	1.489,95	14,90	0,00
jul-13	696	14.595.730/0026-45	SE	2.753,16	2.753,16	17,00	468,04	2.753,16	27,53	0,00
jul-13	3223	14.595.730/0011-69	BA	16.616,94	16.616,94	17,00	2.824,88	16.616,94	166,17	0,00
jul-13	3209	14.595.730/0012-40	BA	9.502,85	9.502,85	17,00	1.615,48	9.502,85	95,03	0,00
jul-13	1228	07.643.143/0001-60	BA	12,20	12,20	17,00	2,07	0,00	0,00	2,07
		<b>jul-13 Total</b>		<b>50.070,97</b>			<b>8.512,06</b>	<b>49.278,77</b>	<b>492,79</b>	<b>134,67</b>
ago-13	3363	14.595.730/0005-10	SE	33,80	33,80	17,00	5,75	33,80	0,34	0,00
ago-13	1116	01.007.556/0007-68	BA	6,50	6,50	17,00	1,11	0,00	0,00	1,11
ago-13	2385	14.595.730/0020-50	BA	816,00	816,00	17,00	138,72	816,00	8,16	0,00
ago-13	1599	14.595.730/0025-64	BA	816,00	816,00	17,00	138,72	816,00	8,16	0,00
ago-13	917	14.595.730/0021-30	BA	544,00	544,00	17,00	92,48	544,00	5,44	0,00
ago-13	364	12.201.090/0001-68	BA	240,00	240,00	17,00	40,80	0,00	0,00	40,80
ago-13	2594	14.595.730/0010-88	PE	114,60	114,60	17,00	19,48	114,60	1,15	0,00
ago-13	365	12.201.090/0001-68	BA	67,00	67,00	17,00	11,38	0,00	0,00	11,39
ago-13	134482	34.034.272/0001-24	BA	139,70	139,70	17,00	23,75	0,00	0,00	23,75
ago-13	1523	13.770.573/0001-46	BA	10,00	10,00	17,00	1,70	0,00	0,00	1,70
ago-13	910	07.011.024/0001-95	BA	62,70	62,70	17,00	10,66	0,00	0,00	10,66
		<b>ago-13 Total</b>		<b>2.850,30</b>			<b>484,55</b>	<b>2.324,40</b>	<b>23,24</b>	<b>89,40</b>
set-13	7325	14.595.730/0004-30	BA	7.350,00	7.350,00	17,00	1.249,50	7.350,00	73,50	0,00
set-13	3337	14.595.730/0011-69	BA	31,60	31,60	17,00	5,37	31,60	0,32	0,00
set-13	8255	14.595.730/0023-00	BA	31,00	31,00	17,00	5,27	31,00	0,31	0,00
set-13	5036	14.595.730/0006-00	PE	64,00	64,00	17,00	10,88	64,00	0,64	0,00
set-13	7419	14.595.730/0004-30	BA	190,00	190,00	17,00	32,30	190,00	1,90	0,00
set-13	3460	14.595.730/0014-01	BA	943,79	943,79	17,00	160,44	943,79	9,44	0,00
set-13	7446	14.595.730/0004-30	BA	39,00	39,00	17,00	6,64	39,00	0,39	0,00
set-13	3461	14.595.730/0014-01	BA	787,36	787,36	17,00	133,85	787,36	7,87	0,00
set-13	5655	14.595.730/0003-59	BA	14.700,00	14.700,00	17,00	2.499,00	14.700,00	147,00	0,00

set-13	7473	14.595.730/0004-30	BA	141,00	141,00	17,00	23,97	141,00	1,41	0,00
		<b>set-13 Total</b>		<b>24.277,75</b>			<b>4.127,22</b>	<b>24.277,75</b>	<b>242,78</b>	<b>0,00</b>
out-13	1240	01.981.326/0002-90	BA	1.150,00	1.150,00	17,00	195,50	0,00	0,00	195,50
out-13	51611	00.214.242/0001-88	SC	428,92	428,92	17,00	72,92	0,00	0,00	72,92
		<b>out-13 Total</b>		<b>1.578,92</b>			<b>268,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>268,42</b>
nov-13	5741	14.595.730/0003-59	BA	28.000,00	28.000,00	17,00	4.760,00	28.000,00	280,00	0,00
nov-13	7724	14.595.730/0004-30	BA	11.025,00	11.025,00	17,00	1.874,25	11.025,00	110,25	0,00
nov-13	5211	09.131.653/0001-84	BA	420,00	420,00	17,00	71,40	0,00	0,00	71,40
nov-13	7755	14.595.730/0004-30	BA	11.025,00	11.025,00	17,00	1.874,25	11.025,00	110,25	0,00
nov-13	7768	14.595.730/0004-30	BA	900,00	900,00	17,00	153,00	900,00	9,00	0,00
nov-13	7796	14.595.730/0004-30	BA	11.025,00	11.025,00	17,00	1.874,25	11.025,00	110,25	0,00
nov-13	2640	14.595.730/0015-92	BA	83,74	83,74	17,00	14,24	83,74	0,84	0,00
		<b>nov-13 Total</b>		<b>62.478,74</b>			<b>10.621,39</b>	<b>62.058,74</b>	<b>620,59</b>	<b>71,40</b>
dez-13	622	05.531.883/0001-80	BA	902,12	902,12	17,00	153,36	0,00	0,00	153,36
dez-13	2693	14.595.730/0015-92	BA	132,00	132,00	17,00	22,44	132,00	1,32	0,00
dez-13	2672	13.217.244/0001-72	BA	340,00	340,00	17,00	57,80	0,00	0,00	57,80
dez-13	1361	14.595.730/0021-30	BA	29.400,00	29.400,00	17,00	4.998,00	29.400,00	294,00	0,00
dez-13	8117	14.595.730/0004-30	BA	900,00	900,00	17,00	153,00	900,00	9,00	0,00
dez-13	6099	14.595.730/0003-59	BA	14.700,00	14.700,00	17,00	2.499,00	14.700,00	147,00	0,00
dez-13	3459	14.595.730/0009-44	BA	87,00	87,00	17,00	14,79	87,00	0,87	0,00
		<b>dez-13 Total</b>		<b>46.461,12</b>			<b>7.898,39</b>	<b>45.219,00</b>	<b>452,19</b>	<b>211,16</b>
fev-14	663	01.344.678/0001-54	BA	2.624,33	2.624,33	17,00	446,14	0,00	0,00	446,14
fev-14	1049	04.624.595/0001-07	BA	5.594,48	5.594,48	17,00	951,06	0,00	0,00	951,06
fev-14	3027	14.596.993/0001-10	BA	8.684,20	8.684,20	17,00	1.476,31	0,00	0,00	1.476,31
fev-14	3028	14.596.993/0001-10	BA	10.199,89	10.199,89	17,00	1.733,98	0,00	0,00	1.733,98
fev-14	672	05.531.883/0001-80	BA	1.277,76	1.277,76	17,00	217,22	0,00	0,00	217,22
		<b>fev-14 Total</b>		<b>28.380,66</b>			<b>4.824,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.824,71</b>
mar-14	1198	08.408.396/0001-12	RJ	12.000,00	12.000,00	17,00	2.040,00	0,00	0,00	2.040,00
mar-14	3231	14.596.993/0001-10	BA	5.002,21	5.002,21	17,00	850,38	0,00	0,00	850,38
mar-14	7396	07.047.481/0001-30	SP	11.031,00	11.031,00	17,00	1.875,27	0,00	0,00	1.875,27
		<b>mar-14 Total</b>		<b>28.033,21</b>			<b>4.765,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.765,65</b>
abr-14	6554	14.595.730/0003-59	BA	490,41	490,41	17,00	83,37	490,41	4,90	0,00
abr-14	695779	61.148.052/0023-00	SP	1.339,67	1.339,67	17,00	227,74	0,00	0,00	227,74
abr-14	2340	14.595.730/0019-16	BA	5.348,61	5.348,61	17,00	909,26	5.348,61	53,49	0,00
abr-14	1756	14.595.730/0028-07	BA	138,00	138,00	17,00	23,46	138,00	1,38	0,00
abr-14	2355	14.595.730/0019-16	BA	1.065,20	1.065,20	17,00	181,08	1.065,20	10,65	0,00
abr-14	9193	14.595.730/0004-30	BA	3.587,32	3.587,32	17,00	609,84	3.587,32	35,87	0,00
abr-14	5878	14.595.730/0006-00	PE	2.130,28	2.130,28	17,00	362,15	2.130,28	21,30	0,00
abr-14	10752	14.595.730/0023-00	BA	2.968,96	2.968,96	17,00	504,72	2.968,96	29,69	0,00
abr-14	4195	14.595.730/0012-40	BA	1.121,80	1.121,80	17,00	190,71	1.121,80	11,22	0,00
abr-14	3992	14.595.730/0009-44	BA	161,40	161,40	17,00	27,44	161,40	1,61	0,00
abr-14	3464	14.596.993/0001-10	BA	293,26	293,26	17,00	49,85	0,00	0,00	49,85
abr-14	5155	14.595.730/0022-11	BA	1.456,63	1.456,63	17,00	247,62	1.456,63	14,57	0,00
abr-14	1178	14.595.730/0013-20	PE	1.178,43	1.178,43	17,00	200,33	1.178,43	11,78	0,00
abr-14	3991	14.595.730/0009-44	BA	1.232,99	1.232,99	17,00	209,61	1.232,99	12,33	0,00
abr-14	5153	14.595.730/0022-11	BA	1.456,63	1.456,63	17,00	247,63	1.456,63	14,57	0,00
abr-14	6632	14.595.730/0003-59	BA	2.298,75	2.298,75	17,00	390,79	2.298,75	22,99	0,00

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE FAZENDA ESTADUAL (CONSEF)

abr-14	1718	14.595.730/0016-73	BA	1.860,46	1.860,46	17,00	316,28	1.860,46	18,60	0,00
abr-14	1164	14.595.730/0027-26	RN	7.532,52	7.532,52	17,00	1.280,53	7.532,52	75,33	0,00
abr-14	1353	14.595.730/0030-21	PE	1.177,03	1.177,03	17,00	200,10	1.177,03	11,77	0,00
abr-14	2371	14.595.730/0019-16	BA	9.261,52	9.261,52	17,00	1.574,46	9.261,52	92,62	0,00
abr-14	2999	14.595.730/0010-88	PE	1.850,52	1.850,52	17,00	314,59	1.850,52	18,51	0,00
abr-14	4278	14.595.730/0014-01	BA	1.128,40	1.128,40	17,00	191,83	1.128,40	11,28	0,00
abr-14	1077	14.595.730/0029-98	PE	1.122,56	1.122,56	17,00	190,84	1.122,56	11,23	0,00
		<b>abr-14 Total</b>		<b>50.201,35</b>			<b>8.534,23</b>	<b>48.568,42</b>	<b>485,68</b>	<b>277,60</b>
mai-14	48152	78.810.975/0001-72	SC	6.100,00	6.100,00	17,00	1.037,00	0,00	0,00	1.037,00
mai-14	5113	14.595.730/0005-10	SE	3.025,17	3.025,17	17,00	514,28	3.025,17	30,25	0,00
mai-14	1643	07.643.143/0001-60	BA	14,50	14,50	17,00	2,46	0,00	0,00	2,47
mai-14	3699	14.596.993/0001-10	BA	66,75	66,75	17,00	11,35	0,00	0,00	11,35
		<b>mai-14 Total</b>		<b>9.206,42</b>			<b>1.565,09</b>	<b>3.025,17</b>	<b>30,25</b>	<b>1.050,81</b>
jun-14	3011	14.595.730/0010-88	PE	300,50	300,50	17,00	51,09	300,50	3,01	0,00
jun-14	337	15.201.049/0002-60	BA	2.056,87	2.056,87	17,00	349,66	0,00	0,00	349,67
jun-14	1842	14.595.730/0021-30	BA	18.506,68	18.506,68	17,00	3.146,14	18.506,68	185,07	0,00
jun-14	4224	14.595.730/0009-44	BA	897,60	897,60	17,00	152,59	897,60	8,98	0,00
		<b>jun-14 Total</b>		<b>21.761,65</b>			<b>3.699,48</b>	<b>19.704,78</b>	<b>197,05</b>	<b>349,67</b>
jul-14	3879	14.596.993/0001-10	BA	1.669,33	1.669,33	17,00	283,79	0,00	0,00	283,79
jul-14	5891	14.595.730/0006-00	PE	13.157,29	13.157,29	17,00	2.236,74	13.157,29	131,57	0,00
jul-14	74	18.087.337/0001-43	BA	2.824,18	2.824,18	17,00	480,11	0,00	0,00	480,11
jul-14	1185	14.595.730/0013-20	PE	4.424,12	4.424,12	17,00	752,10	4.424,12	44,24	0,00
jul-14	4029	14.596.993/0001-10	BA	845,29	845,29	17,00	143,70	0,00	0,00	143,70
jul-14	690	02.659.868/0001-23	BA	230,00	230,00	17,00	39,10	0,00	0,00	39,10
jul-14	7048	14.595.730/0003-59	BA	2.407,85	2.407,85	17,00	409,33	2.407,85	24,08	0,00
		<b>jul-14 Total</b>		<b>25.558,06</b>			<b>4.344,87</b>	<b>19.989,26</b>	<b>199,89</b>	<b>946,70</b>
ago-14	62762	03.883.438/0001-53	RJ	468,00	468,00	17,00	79,56	0,00	0,00	79,56
ago-14	3604	14.595.730/0015-92	BA	236,83	236,83	17,00	40,26	236,83	2,37	0,00
ago-14	156295	61.091.906/0018-00	BA	103,37	103,37	17,00	17,57	0,00	0,00	17,57
ago-14	156425	61.091.906/0018-00	BA	16,63	16,63	17,00	2,83	0,00	0,00	2,83
		<b>ago-14 Total</b>		<b>824,83</b>			<b>140,22</b>	<b>236,83</b>	<b>2,37</b>	<b>99,96</b>
set-14	4271	14.596.993/0001-10	BA	3.482,33	3.482,33	17,00	592,00	0,00	0,00	592,00
set-14	4225	14.595.730/0011-69	BA	19.696,04	19.696,04	17,00	3.348,33	19.696,04	196,96	0,00
set-14	3035	14.595.730/0010-88	PE	221,83	221,83	17,00	37,71	221,83	2,22	0,00
set-14	3034	14.595.730/0010-88	PE	1.190,34	1.190,34	17,00	202,36	1.190,34	11,90	0,00
set-14	2596	12.474.081/0001-40	BA	19.008,54	19.008,54	17,00	3.231,45	0,00	0,00	3.231,45
set-14	4697	14.595.730/0014-01	BA	78,00	78,00	17,00	13,25	78,00	0,78	0,00
set-14	1083	01.344.678/0001-54	BA	16,95	16,95	17,00	2,88	0,00	0,00	2,88
set-14	1541	04.624.595/0001-07	BA	89,94	89,94	17,00	15,29	0,00	0,00	15,29
set-14	4412	14.596.993/0001-10	BA	22,05	22,05	17,00	3,75	0,00	0,00	3,75
set-14	10213	14.595.730/0004-30	BA	54.600,00	54.600,00	17,00	9.282,00	54.600,00	546,00	0,00
set-14	4431	14.596.993/0001-10	BA	5.517,77	5.517,77	17,00	938,02	0,00	0,00	938,02
		<b>set-14 Total</b>		<b>103.923,79</b>			<b>17.667,04</b>	<b>75.786,21</b>	<b>757,86</b>	<b>4.783,39</b>
out-14	2929	12.879.388/0001-21	BA	990,63	990,63	17,00	168,41	0,00	0,00	168,41
out-14	4552	14.595.730/0009-44	BA	1.022,25	1.022,25	17,00	173,78	1.022,25	10,22	0,00
out-14	3314	14.595.730/0020-50	BA	3.505,69	3.505,69	17,00	595,97	3.505,69	35,06	0,00
out-14	3316	14.595.730/0020-50	BA	3.794,74	3.794,74	17,00	645,11	3.794,74	37,95	0,00

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE FAZENDA ESTADUAL (CONSEF)

out-14	3313	14.595.730/0020-50	BA	1.394,80	1.394,80	17,00	237,12	1.394,80	13,95	0,00
out-14	3315	14.595.730/0020-50	BA	4.598,68	4.598,68	17,00	781,78	4.598,68	45,99	0,00
out-14	7336	14.595.730/0003-59	BA	335,46	335,46	17,00	57,03	335,46	3,35	0,00
out-14	7338	14.595.730/0003-59	BA	203,65	203,65	17,00	34,62	203,65	2,04	0,00
out-14	3319	14.595.730/0020-50	BA	2.907,45	2.907,45	17,00	494,27	2.907,45	29,07	0,00
out-14	4565	14.595.730/0009-44	BA	824,51	824,51	17,00	140,17	824,51	8,25	0,00
out-14	7337	14.595.730/0003-59	BA	422,17	422,17	17,00	71,77	422,17	4,22	0,00
out-14	5747	14.595.730/0022-11	BA	2.567,58	2.567,58	17,00	436,49	2.567,58	25,68	0,00
out-14	3045	14.595.730/0010-88	PE	1.396,36	1.396,36	17,00	237,38	1.396,36	13,96	0,00
out-14	3044	14.595.730/0010-88	PE	2.667,95	2.667,95	17,00	453,55	2.667,95	26,68	0,00
out-14	6375	14.595.730/0017-54	BA	9.479,29	9.479,29	17,00	1.611,47	9.479,29	94,79	0,00
out-14	3763	14.595.730/0015-92	BA	2.943,34	2.943,34	17,00	500,37	2.943,34	29,43	0,00
out-14	1366	14.595.730/0026-45	SE	3.059,35	3.059,35	17,00	520,09	3.059,35	30,59	0,00
out-14	1388	14.595.730/0030-21	PE	8.024,61	8.024,61	17,00	1.364,18	8.024,61	80,25	0,00
out-14	1134	14.595.730/0029-98	PE	6.108,76	6.108,76	17,00	1.038,48	6.108,76	61,09	0,00
out-14	5905	14.595.730/0006-00	PE	2.949,05	2.949,05	17,00	501,34	2.949,05	29,49	0,00
out-14	12145	14.595.730/0023-00	BA	1.314,18	1.314,18	17,00	223,41	1.314,18	13,14	0,00
out-14	4826	14.595.730/0012-40	BA	40.146,36	40.146,36	17,00	6.824,88	40.146,36	401,46	0,00
out-14	249979	89.790.356/0001-80	RS	12,03	12,03	17,00	2,05	0,00	0,00	2,05
out-14	10409	14.595.730/0004-30	BA	2.730,00	2.730,00	17,00	464,10	2.730,00	27,30	0,00
out-14	10407	14.595.730/0004-30	BA	44,00	44,00	17,00	7,47	44,00	0,44	0,00
out-14	2471	14.595.730/0018-35	BA	5.200,69	5.200,69	17,00	884,12	5.200,69	52,01	0,00
out-14	469	03.184.289/0002-15	SE	1.170,00	1.170,00	17,00	198,90	0,00	0,00	198,90
out-14	6395	14.595.730/0017-54	BA	2.002,00	2.002,00	17,00	340,34	2.002,00	20,02	0,00
out-14	5908	14.595.730/0006-00	PE	1.456,00	1.456,00	17,00	247,52	1.456,00	14,56	0,00
out-14	5756	14.595.730/0005-10	SE	2.496,00	2.496,00	17,00	424,32	2.496,00	24,96	0,00
out-14	1148	14.595.730/0029-98	PE	936,00	936,00	17,00	159,12	936,00	9,36	0,00
out-14	1372	14.595.730/0026-45	SE	806,00	806,00	17,00	137,02	806,00	8,06	0,00
out-14	1391	14.595.730/0030-21	PE	962,00	962,00	17,00	163,54	962,00	9,62	0,00
out-14	3778	14.595.730/0015-92	BA	806,00	806,00	17,00	137,02	806,00	8,06	0,00
out-14	3048	14.595.730/0010-88	PE	1.456,00	1.456,00	17,00	247,52	1.456,00	14,56	0,00
out-14	1392	14.595.730/0030-21	PE	92,00	92,00	17,00	15,64	92,00	0,92	0,00
out-14	4586	14.596.993/0001-10	BA	8.745,46	8.745,46	17,00	1.486,73	0,00	0,00	1.486,73
out-14	4593	14.595.730/0009-44	BA	36,63	36,63	17,00	6,23	36,63	0,37	0,00
out-14	10441	14.595.730/0004-30	BA	184,03	184,03	17,00	31,29	184,03	1,84	0,00
out-14	2344	14.595.730/0025-64	BA	120,00	120,00	17,00	20,40	120,00	1,20	0,00
out-14	7382	14.595.730/0003-59	BA	169,80	169,80	17,00	28,85	169,80	1,70	0,00
out-14	4765	14.595.730/0014-01	BA	1.066,00	1.066,00	17,00	181,22	1.066,00	10,66	0,00
out-14	1160	14.595.730/0029-98	PE	90,00	90,00	17,00	15,30	90,00	0,90	0,00
out-14	2834	14.595.730/0019-16	BA	145,00	145,00	17,00	24,65	145,00	1,45	0,00
out-14	12200	14.595.730/0023-00	BA	140,00	140,00	17,00	23,80	140,00	1,40	0,00
out-14	91531	43.237.197/0001-90	SP	4.943,53	4.943,53	17,00	840,40	0,00	0,00	840,40
out-14	4398	14.595.730/0011-69	BA	58,80	58,80	17,00	10,00	58,80	0,59	0,00
out-14	2087	14.595.730/0016-73	BA	128,80	128,80	17,00	21,90	128,80	1,29	0,00
out-14	4771	14.595.730/0014-01	BA	127,00	127,00	17,00	21,59	127,00	1,27	0,00
		out-14 Total		136.780,63			23.252,71	120.918,98	1.209,19	2.696,48
nov-14	6436	14.595.730/0017-54	BA	3.352,44	3.352,44	17,00	569,91	3.352,44	33,52	0,00

nov-14	6437	14.595.730/0017-54	BA	7.627,17	7.627,17	17,00	1.296,62	7.627,17	76,27	0,00
nov-14	12263	14.595.730/0023-00	BA	22.050,00	22.050,00	17,00	3.748,50	22.050,00	220,50	0,00
nov-14	92571	03.461.082/0001-60	ES	5.232,24	5.232,24	17,00	889,48	0,00	0,00	889,48
nov-14	10575	14.595.730/0004-30	BA	7.350,00	7.350,00	17,00	1.249,50	7.350,00	73,50	0,00
nov-14	1223017	03.656.804/0001-31	AL	59,70	59,70	17,00	10,15	0,00	0,00	10,15
nov-14	93000	03.461.082/0001-60	ES	15.212,54	15.212,54	17,00	2.586,13	0,00	0,00	2.586,13
nov-14	4721	14.596.993/0001-10	BA	6.415,52	6.415,52	17,00	1.090,64	0,00	0,00	1.090,64
nov-14	18228	07.358.761/0273-69	BA	12.228,03	12.228,03	17,00	2.078,77	0,00	0,00	2.078,77
		<b>nov-14 Total</b>		<b>79.527,64</b>			<b>13.519,70</b>	<b>40.379,61</b>	<b>403,80</b>	<b>6.655,17</b>
dez-14	10731	14.595.730/0004-30	BA	266,80	266,80	17,00	45,36	266,80	2,67	0,00
dez-14	1416	14.595.730/0030-21	PE	143,80	143,80	17,00	24,45	143,80	1,44	0,00
dez-14	4689	14.595.730/0009-44	BA	30,40	30,40	17,00	5,17	30,40	0,30	0,00
dez-14	2166	14.595.730/0021-30	BA	312,00	312,00	17,00	53,04	312,00	3,12	0,00
dez-14	213	04.469.364/0001-76	BA	54,00	54,00	17,00	9,18	0,00	0,00	9,18
dez-14	4978	14.595.730/0012-40	BA	34,40	34,40	17,00	5,85	34,40	0,34	0,00
dez-14	7574	14.595.730/0003-59	BA	85,00	85,00	17,00	14,45	85,00	0,85	0,00
dez-14	2905	14.595.730/0019-16	BA	35,00	35,00	17,00	5,95	35,00	0,35	0,00
dez-14	32313	00.249.452/0001-01	SC	5.109,28	5.109,28	17,00	868,58	0,00	0,00	868,58
dez-14	25968	43.574.433/0001-63	SP	2.324,00	2.324,00	17,00	395,08	0,00	0,00	395,08
dez-14	30427	13.194.329/0005-06	BA	177,53	177,53	17,00	30,18	0,00	0,00	30,18
dez-14	8753	07.047.481/0001-30	SP	8.498,40	8.498,40	17,00	1.444,73	0,00	0,00	1.444,73
dez-14	47065	82.740.903/0003-35	SC	29.071,59	29.071,59	17,00	4.942,16	0,00	0,00	4.942,17
dez-14	94553	03.461.082/0001-60	ES	19.228,74	19.228,74	17,00	3.268,88	0,00	0,00	3.268,89
dez-14	13122	04.648.130/0001-96	BA	1.814,18	1.814,18	17,00	308,41	0,00	0,00	308,41
dez-14	13123	04.648.130/0001-96	BA	525,00	525,00	17,00	89,25	0,00	0,00	89,25
dez-14	127149	03.081.434/0004-02	SP	1.188,00	1.188,00	17,00	201,96	0,00	0,00	201,96
dez-14	374	18.582.389/0001-96	SP	817,50	817,50	17,00	138,98	0,00	0,00	138,98
		<b>dez-14 Total</b>		<b>69.715,62</b>			<b>11.851,66</b>	<b>907,40</b>	<b>9,07</b>	<b>11.697,40</b>
		<b>Total Geral</b>		<b>779.112,33</b>			<b>132.449,10</b>	<b>544.505,09</b>	<b>5.445,05</b>	<b>39.883,23</b>

Por conseguinte, com base na demonstração analítica acima se extraiu o demonstrativo sintético contendo o resumo mensal a seguir:

MÊS	VIDoc	AUTUADO	JULGADO		
			TRANSF	MULTA 1%	ICMS 17%
jan-13	2.491,90	423,62	0,00	0,00	423,62
fev-13	5.324,40	905,15	5.174,40	51,74	25,50
mar-13	11.532,05	1.960,45	9.884,25	98,84	280,13
abr-13	16.771,12	2.851,09	16.771,12	167,71	0,00
mai-13	1.361,20	231,40	0,00	0,00	231,40
jul-13	50.070,97	8.512,06	49.278,77	492,79	134,67
ago-13	2.850,30	484,55	2.324,40	23,24	89,40
set-13	24.277,75	4.127,22	24.277,75	242,78	0,00
out-13	1.578,92	268,42	0,00	0,00	268,42
nov-13	62.478,74	10.621,39	62.058,74	620,59	71,40
dez-13	46.461,12	7.898,39	45.219,00	452,19	211,16
fev-14	28.380,66	4.824,71	0,00	0,00	4.824,71
mar-14	28.033,21	4.765,65	0,00	0,00	4.765,65

abr-14	50.201,35	8.534,23	48.568,42	485,68	277,60
mai-14	9.206,42	1.565,09	3.025,17	30,25	1.050,81
jun-14	21.761,65	3.699,48	19.704,78	197,05	349,67
jul-14	25.558,06	4.344,87	19.989,26	199,89	946,70
ago-14	824,83	140,22	236,83	2,37	99,96
set-14	103.923,79	17.667,04	75.786,21	757,86	4.783,39
out-14	136.780,63	23.252,71	120.918,98	1.209,19	2.696,48
nov-14	79.527,64	13.519,70	40.379,61	403,80	6.655,17
dez-14	69.715,62	11.851,66	907,40	9,07	11.697,40
<b>Totais</b>	<b>779.112,33</b>	<b>132.449,10</b>	<b>544.505,09</b>	<b>5.445,05</b>	<b>39.883,24</b>

Destarte, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL deste Auto de Infração, decidindo que sobre o montante de R\$544.505,09, incide a multa de 1%, prevista no inciso IX, do art. 42 da Lei 7.014/96, que monta o valor de R\$5.445,05, e sobre a parcela restante de R\$234.607,24, incide o ICMS pela alíquota de 17%, com espeque na presunção de omissão de saídas prevista no art. 4º da mesma lei, repercutindo no valor de R\$39.883,27. Da seguinte forma:

COMPRAS	234.607,24	17%	39.883,23
TRANSF.	544.505,09	1%	5.445,05
<b>TOTAL</b>	<b>779.112,33</b>		<b>45.328,28</b>

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 293575.0005/18-2, lavrado contra **LE BRUT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$39.883,27**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inc. III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$5.445,05**, prevista no inciso IX do citado dispositivo, e dos acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 17/08/18.

Sala Virtual de Sessões do CONSEF, 15 de outubro de 2020.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – RELATOR

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - JULGADOR